

ENTREVISTA

QUESTÃO AGRÁRIA E SINDICALISMO RURAL¹

Entrevista com José Graziano da Silva²

Quando a questão agrária transforma-se em questão urbana.

H & P: Apesar de todas as críticas feitas à política governamental, à capacidade empresarial dos proprietários rurais, bem como às contradições da estrutura agrária, a produção brasileira de grãos tem crescido, quebrando sucessivos recordes. Como isso se explica? As análises têm subestimado o potencial agrícola brasileiro? A política agrícola, enfim, tem seus acertos?

JGS: Eu começaria dizendo que é muito importante, quando a gente vai tratar das questões de política agrícola, fazer uma distinção, que às vezes é apenas didática, mas não deixa de ser relevante conceitualmente, entre o que é uma questão agrícola e o que é uma questão agrária. A questão agrícola diz respeito estritamente aos níveis de produção, à produtividade, aos preços dos produtos, quer dizer, quanto se produz de arroz, feijão, milho, a que preço se produz, que tecnologia se utiliza. A questão agrária diz respeito às relações de produção no campo. Além do que se produz, o tipo de produto, como se produz, a forma como é produzido, a tecnologia; entra-se, quando se fala na questão agrária, nas relações que o homem estabelece com a propriedade da terra e nas relações de trabalho que o homem estabelece, seja como proprietário, seja como trabalhador. Nesse sentido,

¹ Entrevista gravada em agosto de 1989, a partir de questões formuladas pelos professores José Roberto Zan, Antonio Ricardo Micheloto e Wenceslau Gonçalves Neto. O trabalho de edição final foi feito pelo jornalista e professor Adalberto Paranhos.

² José Graziano da Silva é livre-docente pela UNICAMP, onde trabalha no Instituto de Economia, e exerce a função de coordenador do Curso de Doutorado em Políticas Públicas. É autor, entre outros livros, de *O que é Questão Agrária*, já na 18ª edição pela Brasiliense, e *A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste*, em coedição com a PROUNI/UNICAMP.

a questão agrária envolve todas as questões relacionadas ao homem, trabalhador ou não. Então, tem a ver com a propriedade da terra, com a migração, com os níveis de emprego, etc.

O caso brasileiro é um caso típico, pois a maneira como foi resolvida a questão agrícola agravou, prejudicou ou tornou mais difícil a solução da questão agrária como uma pré-condição para resolver a questão agrícola. Se a gente atentar, por exemplo, para os casos clássicos dos países que passaram por uma revolução burguesa, na Europa e mesmo nos Estados Unidos, observaremos que a questão das relações de produção foi uma condição prévia do desenvolvimento da agricultura. O caso dos Estados Unidos é exemplar. O problema do escravismo do sul teve que ser resolvido para permitir a conquista do oeste americano. Isso significa dizer que toda a multiplicidade da pequena propriedade e da média propriedade no oeste, com o trabalhador livre, só foi possível uma vez resolvida a questão das relações de produção no sul dos Estados Unidos. Enfim, toda essa pujança da política agrícola americana, que advém do meio-oeste, da produção de trigo, da produção de cereais de modo geral, ocorreu depois de uma guerra civil, que resolveu a questão agrária.

No Brasil, a questão agrária e a questão agrícola estiveram sempre juntas, enroladas. E quase sempre, a maneira de resolver a questão agrária brasileira implicou em uma determinada maneira também de resolver a questão agrícola. Um exemplo foi a imigração italiana para fazer frente ao problema da mão de obra nas fazendas de café, depois de abolida a escravidão. Com a imigração, criou-se um sistema de produção que é o colonato, o qual resolveu o problema da produção. Mas de que jeito? Fazendo a produção intercalada – nos cafezais – de gêneros alimentícios. Essa forma de produção intercalada, produção da pequena propriedade intercalada na plantação de café, tem uma correspondência com a maneira como foi resolvida a questão agrária.

A mesma coisa acontece nos anos recentes, especificamente no pós-1964, quando a maneira de enfrentar a questão agrícola foi pela migração campo-cidade, pela urbanização. Hoje, a questão agrária no Brasil vem sendo resolvida principalmente

pela urbanização. Foram sendo criadas condições para que um contingente muito grande de pessoas viesse do campo para a cidade em pouco tempo. Em pouco mais de 25 anos, nós tivemos uma migração rural-urbana que beira 40 milhões de pessoas, atingindo quase metade da população brasileira. Isso é um movimento astronômico. Ora, essa maneira de resolver a questão agrária também implicou numa maneira de resolver a questão agrícola, ou seja, a mecanização acentuada, o uso de agrotóxicos, de herbicidas, de colheitadeiras mecânicas, etc. Portanto, sob esse aspecto, não há dúvida de que a modernização ocorrida no país nos últimos 25 anos – ainda que conservadora, porque manteve intocada a propriedade fundiária – efetivamente resolveu o problema dos níveis de produção e produtividade no campo. O agricultor brasileiro hoje é um agricultor moderno, um agricultor eficiente. A crítica que se faz concentra-se no custo social dessa modernização, na maneira como foi implicitamente resolvida a questão agrária. Está aí o agravamento do problema social nas cidades. A questão agrária se transformou, nos anos 1980, numa questão urbana, na questão da miséria, da favela, do trombadinha, da prostituição, da mendicância, etc., sem que a gente tenha qualquer perspectiva de solucionar isso na próxima década. Esse que é o dilema. Não dá para fazer que nem o Camboja: mandar todo mundo de volta para o campo, porque a questão agrícola está resolvida no Brasil... Isso implicaria uma nova forma de organização da estrutura agrária, da produção agrária. Mas também não dá para manter toda essa gente na cidade, porque não tem o que fazer com eles na cidade. Então, esse é um dilema sério para a sociedade brasileira e para a democracia brasileira resolver.

De um lado, é preciso reconhecer que essas políticas agrícolas da modernização conservadora – eu chamo de modernização conservadora o conjunto de políticas que se implantaram no país especificamente no pós-1967 – tiveram acertos muito importantes. A modernização da base técnica da agricultura brasileira foi notável no período. Poucos países fizeram uma transformação tão gigantesca, tão radical como nós fizemos com a nossa base técnica. Os nossos níveis de crescimento da produtividade

também foram elevados. No Brasil, nos últimos 25, 30 anos, a produtividade do trabalho na agricultura cresceu a níveis da ordem de 2% ao ano em termos reais. Isso são níveis de produtividade só alcançados pelo Japão, pelos Estados Unidos no pós-guerra. Nós estamos entre os países que mais aumentaram rapidamente a produção. Em termos também de disponibilidade do produto, não há dúvida de que a produção, mesmo aquela que se chama “para o mercado interno”, aumentou muito a partir dos anos 60.

A gente ouve falar muito na falta de produtos alimentícios. Na verdade, o que ocorre nos anos 60 e 70 no Brasil é uma forte substituição de produtos. Por exemplo, a cesta básica do trabalhador no final dos anos 60 constituía-se de arroz, feijão e alguns outros produtos de origem animal ou derivados. Não incluía, por exemplo, o ovo nem o frango. Tinha até o ditado que dizia: pobre só come frango quando um dos dois está doente: ou o frango ou o pobre. Hoje, o ovo e o frango fazem parte da dieta básica do trabalhador brasileiro. E de onde é que vem esse ovo e esse frango? Vem de uma galinha, de um frango que come soja, ração de soja, e não come mais minhoca. E o ovo, atualmente, é um dos produtos mais baratos de que se tem notícia. Outro dia, eu entrei numa sanduicheria em Porto Alegre e tinha lá um cartaz: sanduíche tal, de vários tipos... com ovo, dez centavos a mais. Um ovo, que é um alimento bastante completo, rico em proteínas, etc. custava NCz\$ 0,10 (dez centavos), frito, no meio de um sanduíche no centro de Porto Alegre, em julho de 1989. Isso provavelmente seja um valor aproximado em qualquer parte do Brasil. Ora, um ovo, em 1960, tinha um valor muito mais elevado. Então, quando se fala nisso, e os números o provam, mostra-se claramente que você teve uma maior disponibilidade per capita de calorias e proteínas. Por exemplo, hoje nós temos 87 gramas de proteínas disponíveis por habitantes/dia no Brasil. Nos anos 1960, esse valor era de 67. Registrou-se um aumento de praticamente 1/3 a mais na disponibilidade de proteínas para o mercado interno. Daí ser falsa essa ideia de que a produção de alimentos diminuiu. A produção aumentou: o que diminuiu foi o salário do trabalhador para comprar o alimento. A gente não pode confundir as duas coisas. Como dizia aquele quadro do Jô Soares: o salário não

dá pra comprar. Não é o preço do produto que subiu, é o salário que baixou! É preciso ter clara essa diferenciação ao analisar as dificuldades. Não é que a agricultura brasileira produz menos alimentos: é que está cada vez mais difícil para o trabalhador comprar esses alimentos. São duas questões diferentes.

Para a surpresa de muitos, a produção agrícola cresceu mesmo sem reforma agrária.

H & P: Em geral, a principal justificativa econômica apresentada para a implantação da reforma agrária refere-se ao aumento da produção agrícola, em especial de produtos (sobretudo alimentícios) destinados ao mercado interno. Contudo, como você acabou de reconhecer, a produção agrícola brasileira nos últimos anos apresentou substancial crescimento e os alimentos, com poucas exceções, também não têm faltado no mercado. Dessa forma, estaria ficando a reforma agrária sem justificativa do ponto de vista estritamente econômico? Estaria se tornando uma reivindicação apenas de cunho político, associada a preocupações com a justiça social?

JGS: Eu diria que sim. Eu diria que a reforma agrária dos anos 1980 é uma reivindicação de cunho político e, substancialmente, de justiça social. Isso não quer dizer que com uma reforma agrária não se possa também aumentar a produção de alimentos. Isso é outro problema. Eu acredito que uma política de reforma agrária levaria a um aumento substancial da produção de alimentos, mas através de outro mecanismo: uma política de reforma agrária é uma política de distribuição de rendas. Com mais renda, as pessoas passariam a consumir mais. Assim, hoje, há todo um consumo refreado de alimentos, pois muitas pessoas passam fome. Com a incorporação de grande contingente da população rural ao mercado consumidor, isso elevaria a renda desses segmentos e, portanto, elevaria o consumo.

Eu acredito que hoje a reforma agrária é basicamente uma solução para a miséria do campo. É uma alternativa, uma das poucas alternativas de solução para aqueles segmentos da população rural que estão completamente marginalizados, seja do mercado de trabalho, seja do mercado de consumo no campo. É uma possível solução até mesmo para alguns segmentos

já “urbanizados”, quer dizer, já moram na cidade, mas ainda têm no campo sua forma de sobrevivência. Estou me referindo especificamente aos boias-frias. Em várias regiões do país, os boias-frias da periferia das pequenas e médias cidades ainda são de uma urbanização muito recente. E como estão muito desajustados nesse meio urbano, são indivíduos favelados, não têm escola, e muitos deles ainda mantêm viva, presente, a reivindicação da terra. Nessas condições, se poderia inclusive pensar num quadro de uma reversão parcial de alguns desses segmentos, que hoje estão nas periferias das cidades e que voltariam aos campos. Evidentemente essa não é uma solução possível para aqueles segmentos de força de trabalho, dos boias-frias, que já moram na cidade há muitos anos, que já estão incorporados ao mercado de trabalho, como os boias-frias da região de Ribeirão Preto, que cortam cana e colhem laranja. Esses não reivindicam mais a volta à terra. Têm reivindicações puramente trabalhistas, de salário. Esse é um outro contingente de trabalhadores. Não vamos confundir as coisas. Esse é, efetivamente, o proletário rural; não é aquele desajustado, aquele subempregado, aquele exército de reserva que é o boia-fria em outras regiões do país.

Se pensarmos em termos de solução para a produção de alimentos, a reforma agrária foi uma alternativa no passado e não o é mais hoje. Isso vale a pena explorar. Antes de 1985, a grande discussão sobre a reforma agrária tinha se dado entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960. A reforma agrária, então discutida, era concebida como solução para a questão agrícola e para a questão agrária. Era um chá, era um remédio para os dois males. Por quê? O que se pensava? Se pensava, na época, que havia um estrangulamento na oferta de alimentos para o mercado interno, devido à baixa produtividade do latifúndio. Daí se propor a eliminação do latifúndio através da reforma agrária, entregando-se essas terras aos camponeses, que as cultivariam e aumentariam a produção agrícola. Haveria, ainda, a vantagem adicional da redistribuição da renda, do aumento do emprego, etc. Nesses termos, a reforma agrária proposta em 1950/1960 era uma alternativa de desenvolvimento rural. Ora, essa proposta

foi derrotada em 1964. O golpe militar derrotou – quando não eliminou, em alguns casos, até fisicamente – as forças que defendiam essa outra via, mais democrática, de desenvolvimento da agricultura brasileira.

O que se viu a partir de 1964 foi uma modernização conservadora. É preciso reconhecer que houve uma modernização. Nós não estamos mais diante do dilema em que estávamos nos anos 1950/1960, de modernizar, de como modernizar. A modernização já foi feita. Essa modernização é irreversível. Já foi escolhido o caminho. Foi um caminho escolhido à bala, na base de força militar. É certo que foi feito com a eliminação de milhares de sindicalistas rurais, morte de milhares de camponeses... mas foi feito. Esse é o fato. Um fato consolidado. O que resta hoje para resolver no campo não é mais a questão da produção, não é mais a questão da produtividade. O que resta para resolver no campo é o que fazer com 40 milhões de pessoas marginalizadas.

Desse ponto de vista, na minha opinião, a reforma agrária é uma reivindicação de cunho eminentemente político e de justiça social. É uma reivindicação de democracia, de redistribuição de renda, de acesso ao poder por aquelas massas de camponeses que estão marginalizadas. Ela não tem mais uma conotação produtivista. Muita gente acha que isso faz o argumento da reforma agrária perder força. Eu penso o contrário. Acho que um dos erros da discussão que nós tivemos em 1985 foi que setores importantes da esquerda, especialmente o Partido Comunista, insistiram na tese de apresentar, em 1985, a reforma agrária como a mesma panaceia para a solução simultânea da crise agrária e da crise agrícola, tal como foi apresentada em 1960. Ou seja, a reforma agrária iria resolver todos os males da agricultura brasileira: o emprego, a produção e a produtividade. E tiveram como interlocutores não mais aqueles latifúndios tradicionais, mas, tiveram como adversários os segmentos mais modernos da agricultura, que se opuseram a uma reforma agrária que mudasse a forma do desenvolvimento agrícola, isto é, que jogasse por terra grande parte do esforço de modernização sobre o qual a agricultura brasileira vinha se assentando.

Se as esquerdas tivessem conseguido uma clareza de tática política, buscaríamos isolar os latifúndios realmente improdutivos, tentando evitar que eles pudessem se aliar aos setores mais modernos dos grandes proprietários, bem como dos pequenos e médios produtores. Nessa tentativa de aproximação tática com esses segmentos, se poderia apresentar a reforma agrária não como alternativa à grande empresa capitalista, mas como uma forma de política social para resolver o problema da miséria. A partir daí, talvez tivéssemos encontrado menos obstáculos no campo político do que encontramos. Eu acho que isso é uma coisa para se pensar.

Na verdade, essa proposta foi assumida, por exemplo, pelo PT, como mostra o documento “O PT e a Reforma Agrária”, divulgado pela revista da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária – de maio/julho de 1985. Aí, o PT destaca dois eixos principais: 1º) “ampliar as forças políticas para desencadear a reforma agrária já” e, 2º) “Incentivar os camponeses sem terra e com pouca terra à organização e mobilização”. Isso significa, em outras palavras, que do ponto de vista do PT, a reforma agrária, uma vez iniciada, teria por limite a correlação de forças que se conseguisse estabelecer na sociedade brasileira. Para que ela não fosse totalmente desfavorável, era preciso, de um lado, organizar os interessados na reforma agrária e, de outro, dividir, ou pelo menos, tentar evitar a aglutinação de setores da burguesia que poderiam ter os seus interesses feridos com as desapropriações. Infelizmente, os partidos políticos então hegemônicos (PMDB e PFL) não tinham essas mesmas intenções. Muita água vai passar pelo moinho, porém, é uma reflexão que eu venho fazendo já há algum tempo, por entender que foi um erro muito grande embarcar na ideia de que a reforma agrária era eminentemente distributivista e produtivista, sem querer assumi-la como uma política social de peso.

H & P: Você joga, então, com a possibilidade de se conseguir atrair os segmentos modernos do campo para a implantação de uma política social voltada para a erradicação da miséria. Teria isso, de fato, sido viável? Essa proposta poderia, efetivamente, ter encontrado ressonância nas grandes empresas rurais?

JGS: Sim. Se fosse dada uma alternativa aos segmentos modernos de que seria garantida a produção capitalista no campo, esses setores poderiam aceitar a negociação de sacrificar segmentos mais atrasados da produção em prol dessa reforma agrária social. Para ficar mais claro, dou um exemplo: uma negociação com os segmentos nordestinos. Isso não implica em dizer que poderíamos ter conseguido a reforma agrária que queríamos, mas, sim, que se abriria um espaço de negociação que, uma vez perdido, inviabilizou até mesmo a reforma agrária conservadora, admitida pela Aliança Democrática.

A agricultura necessita de subsídios. O nó da questão é a quem e o que subsidiar.

H & P: Nas últimas décadas, a política agrícola governamental tem se pautado por lançar e financiar grandes projetos relacionados com produtos específicos, como álcool, açúcar, soja, trigo, etc., altamente subsidiados, que, com poucas exceções, têm obtido maior sucesso no bolso do que na mesa do contribuinte. Como você vê a manutenção desses projetos? Justifica-se o seu custo social? Que consequência esses projetos acarretam para o conjunto da agricultura?

JGS: Essa questão de subsídio está na moda. Você pega as propostas de certos partidos políticos e encontra coisas assim: tira o subsídio do Pró-Álcool, tira o subsídio da soja, e dá só subsídio para o pequeno e médio produtor. Implicitamente, está aí uma ideia que, a meu ver, deve ser considerada com carinho: a de que, em todas as partes do mundo, a agricultura tem níveis de subsídios. É assim na Europa: a política de autossuficiência alimentar europeia é assentada nos subsídios, pesados subsídios. E a política americana, que alcançou o maior sucesso em termos de excedentes produzidos, de produtos alimentícios, é uma política de subsídios. O trigo americano é altamente subsidiado, assim como a soja americana.

Acho que a questão do subsídio no Brasil está mal colocada. O problema é que nós damos subsídios aos preços. Essa me parece ser a questão relevante. Basta verificar, por exemplo, os gastos governamentais com a agricultura. Em 1987, em termos de bilhões de dólares, os subsídios dirigidos à agricultura

ascenderam à ordem de 5 bilhões de dólares: 2 bilhões foram para o trigo e 1,5 para o açúcar e o álcool. A grande questão é que, no fundo, esses subsídios foram subsídios aos preços. No caso do trigo, por exemplo, você compra o trigo e o revende aos moinhos a um preço mais baixo. Na verdade, era um subsídio implícito aos moinhos. No caso do açúcar – grande parte do qual, aliás, foi exportado – esse subsídio era um subsídio direto aos usineiros. Vê-se que praticamente dois produtos (trigo e açúcar) monopolizaram cerca de 60% dos dólares gastos com subsídios.

Diante disso, tem que haver uma rediscussão dessa prioridade aos subsídios e incluir outros produtos tipo arroz, feijão, leite, etc. E mais, tem que haver, principalmente um redirecionamento desses subsídios. Em vez de dar subsídio para o moinho e para o usineiro, deve-se pensar o subsídio a partir de problemas específicos. Por exemplo, o subsídio à merenda escolar, aos produtos que façam parte da merenda escolar, aos produtos que integram a cesta básica. Então, é inevitável que uma agricultura moderna, que tenha uma preocupação social de alimentar os contingentes mais pobres da população, deva ter subsídios. A questão é para quem se dirigem esses subsídios. Essa me parece ser a mudança importante a ser discutida, mas não é possível negar a necessidade de esses segmentos terem subsídios implícitos.

A ideia da competitividade, da concorrência perfeita no setor agrícola, não funciona, como eu entendo que não funciona em outros segmentos da economia. Os produtores acabam ficando à mercê de grandes oligopólios intermediários da comercialização e é preciso que, de alguma maneira, o Estado intervenha. A forma clássica de intervenção do Estado, que é suporte de preços, preços mínimos, financiamento, crédito para a comercialização, implica, sem dúvida, em algum nível de subsídio. Nós podemos até discutir que nível é esse, mas é inegável a ideia de que terão que contar com o subsídio.

Eu queria comentar também mais um aspecto importante que dá uma ideia melhor da complexidade das coisas. Vou dar um exemplo sobre o qual venho refletindo, que é o caso do álcool. Todo mundo é contra o subsídio ao usineiro, exceto os usineiros,

com certeza: a sociedade, como um todo, tem se colocado contra o subsídio ao Pró-Álcool. O Pró-Álcool é um dos problemas mais custosos, do ponto de vista social, que se tem no país. Quando a gente desce aos detalhes, aos números, duas coisas chamam a atenção, porque estão muito presentes hoje na democracia brasileira. Primeiro: o álcool é um substituto eficiente para combustível e tem se mostrado viável. Afinal, grande parte da frota nacional de veículos é movida a álcool. Não é só o rico que tem carro no Brasil. Um amplo setor da classe média, e até mesmo da classe média baixa, tem carro a álcool. Retirar o subsídio do Pró-Álcool afetaria esses segmentos. E mais ainda: não sei se todos acompanharam de perto o movimento recente dos ecologistas, em São Paulo, que tanto combateram o Pró-Álcool, defendendo a volta da mistura de 22% de álcool na gasolina. Por quê? Porque se você abaixar o nível de álcool na gasolina, torna-se impossível sobreviver no centro das grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Então, é engraçado porque nós estamos, agora, vendo os ecologistas defendendo o Pró-Álcool, o subsídio ao Pró-Álcool.

Como se isso não bastasse, recentemente uma série de greves dos canavieiros no interior do estado de São Paulo defendeu também o subsídio ao Pró-Álcool, porque a cana-de-açúcar, das grandes culturas do país, é a que proporcionalmente mais emprega mão de obra. É claro que é uma forma de emprego muito questionada, à base de boia-fria. Isso precisa ser discutido de outra maneira. Ninguém quer que as pessoas continuem caindo do caminhão, cortando o braço com o facão, etc. Isso é um outro problema. Mas o fato é que quatro culturas no Brasil respondem por 2/3 do emprego (67% do emprego agrícola no Brasil vem do milho, cana, café e mandioca). E dessas quatro culturas a que mais emprega gente em relação à área ocupada, é a cana. Como consequência, uma política de emprego real hoje é impensável sem a cana-de-açúcar, sobretudo para as regiões mais modernas do país, como São Paulo. Uma redução drástica na produção de álcool certamente geraria níveis de desemprego ainda maiores no campo. Por isso tudo, os dois segmentos que mais combateram o Pró-Álcool, ou seja, os trabalhadores rurais,

boias-frias e os ecologistas, são hoje ardorosos defensores do programa do álcool. O que não quer dizer que nós devemos manter a política do álcool tal como ela está, isto é, beneficiando um grupo de meia dúzia de grandes usineiros. É diferente, mas é possível desenhar uma política de produção de álcool no país que tenha por base essa demanda social: o combate à poluição e o combate ao desemprego. Eis o que nós propomos como desafio para os novos partidos políticos: apresentarem propostas nesse sentido.

Surgida no vácuo de representação patronal da agropecuária, a UDR (União Democrática Ruralista) cresce rápido e murcha rápido, diante da reorganização dos setores modernos do CNA

H & P: A aparição da UDR na cena social brasileira é, quando mais não seja, motivo de sérias preocupações para os setores sociais engajados na implantação e consolidação da democracia no Brasil. Seria importante, por isso mesmo, saber como você analisa politicamente as razões que levaram ao surgimento da UDR, com todo o tipo de práticas antidemocráticas a que ela está associada. E mais, até que ponto se poderia tentar antever o futuro político da UDR e, de uma forma geral, da luta pela reforma agrária no Brasil?

JGS: Começando pelo surgimento da União Democrática Ruralista. Eu acho que houve um susto com a UDR. Mesmo os cientistas sociais se assustaram com a UDR. Não é à toa. Vou dar alguns números: a mais antiga sociedade, ou uma das mais antigas sociedades de representação do patronato rural brasileiro, que é a Sociedade Rural Brasileira, e outra mais antiga ainda do que ela, a Sociedade Nacional da Agricultura, foram criadas no final do século passado, em meio ao surgimento de associações patronais rurais, algumas inclusive criadas para combater ou se resguardar da libertação dos escravos. Exigiam, na época, indenizações pela libertação dos escravos das fazendas de café e surgiram aí, por volta de 1880, 1890, e outras no começo do século, em 1910. Seja como for, as grandes organizações de produtores rurais no Brasil nunca tiveram no seu quadro de associados mais do que 10 mil filiados. E olhe que me refiro às mais amplas, que tiveram mais presença na vida política brasileira. A UDR chegou a contabilizar no primeiro ano de sua existência

legal, em 1986, 120 mil associados. Efetivamente, até mesmo em termos numéricos, a UDR impressionou muito, mas eu acredito que ela foi pouco entendida.

Veja bem: em 1985, quando assume a autointitulada Nova República, ela traz, como um dos seus compromissos, realizar a reforma agrária com base no Estatuto da Terra. Cria um Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária e elabora o Plano Nacional de Reforma Agrária. Em maio de 1985, essa proposta já estava redigida e estava sendo discutida pela sociedade. Ocorre que, exatamente em 1985, a organização patronal instituída, que detém a representação formal de patronato rural, que é a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, vivia a maior crise de legitimidade desde a sua criação, no tempo do Estado Novo. Ou seja, a CNA já não tinha mais a representação real dos proprietários rurais, especialmente dos segmentos mais modernos da agricultura.

E é fácil entender por quê. Com a modernização conservadora, a política agrícola fortaleceu muito as cooperativas e as organizações empresariais do campo, do tipo, por exemplo, das grandes cooperativas, Cotia, Cotrijuí, Fecotrigo, além de criar outras associações empresariais como Copersucar, Associação Nacional de Criadores de Zebu, Associação Nacional dos Produtores de Café. De alguma maneira, os grandes proprietários e os segmentos mais modernos da agricultura brasileira estavam organizados em associações por produtos, destinados a fazer lobbies institucionalizados para reivindicarem preços, financiamento, etc., específicos para os seus produtos. Esse processo de subdivisão, de especialização da organização por produtos, havia enfraquecido muito a CNA, que tinha permanecido muito mais como uma fachada decorativa. Ela tinha lá um velho senador, um presidente, que se fazia representar nos jantares de confraternização, mas era uma entidade sem poder real, sem representação real. Tudo, de fato, acontecia via entidades por produtos. Quem representava os produtores de açúcar, os usineiros? A Copersucar. Quem ia conversar com o Ministro da Fazenda sobre exportação, sobre o preço do açúcar? A Copersucar. Não era a CNA. A CNA estava à margem desse processo.

Ocorre que essas entidades por produtos nunca se defrontaram com uma questão política mais ampla, como a questão da propriedade da terra. Quando se coloca em xeque a propriedade da terra, com o Plano Nacional de Reforma Agrária, essas entidades se ressentem da falta de uma instância de representação ao nível político, que pudesse interferir decisivamente no debate ideológico sobre a propriedade privada da terra. A CNA não tinha agilidade suficiente para isso. Então, o que aconteceu em 1985 foi que se criou uma dicotomia entre a representação real dos proprietários, que custava a assumir ou não tinha condições, não tinha representatividade nem legitimidade para assumir a representação política desses segmentos modernos. Foi nesse vácuo que a UDR surgiu.

No início, a UDR era marginal e se originou daqueles segmentos de proprietários mais atrasados, mais retrógrados, sobretudo na pecuária extensiva, pois foram estes que mais diretamente se sentiram ameaçados pela implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária, vamos dizer, aquele setores de baixa produtividade, de criação extensiva, etc. Mas, evidentemente, na medida em que a discussão da reforma agrária sempre tende a cair numa polarização política, a UDR conseguiu rapidamente ampliar a sua base de apoio para esses segmentos modernos do patronato e, sobretudo, para os setores médios do patronato. Não são apenas os grandes pecuaristas que entraram para a UDR. São principalmente os pequenos e médios proprietários rurais, o que a gente chama de “ruralidade do interior”, que acabaram se constituindo nos quadros de luta da UDR. A militância da UDR não é feita de grandes pecuaristas, é feita de médios produtores, não só pecuaristas, mas de outros segmentos também, que se sentiram, de alguma maneira, ameaçados, ou que foram ganhos e iludidos pela pregação política, que contou com o favorecimento dos meios de comunicação e do poder econômico.

O fato é que a UDR ganhou rapidamente um espaço no vazio da representação política do patronato rural. Nessas circunstâncias, os setores modernos do patronato se deram conta de que o “seu” Caiado estava sendo ouvido não apenas pelos boiadeiros raivosos, mas por segmentos até mesmo

“progressistas”, se podemos chamá-los assim, dos proprietários rurais. O que fizeram? Alguns meses depois da criação da UDR, os setores mais modernos que estavam organizados nas cooperativas, nas representações por produto, criam a chamada Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. A Frente Ampla, criada em junho de 1986, reunia 46 entidades: todas as cooperativas, uma série de representações de associações por produto, associação de produtores de pecuária de corte, de gado de leite, cooperativa de trigo não sei de onde... 46 entidades, e convidaram para participar da Frente a CONTAG, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura. A ideia era fazer uma grande frente contra a UDR. A única entidade não convidada a integrar a Frente Ampla foi a UDR. Era claramente um movimento dos segmentos mais modernos, liderados pela Organização das Cooperativas Brasileiras, cujo presidente, Roberto Rodrigues, acabou virando secretário-geral da Frente Ampla da Agropecuária e tratou de isolar politicamente a UDR.

Eles mesmos contribuíram muito, inclusive, para criar uma outra alternativa, obrigando a UDR a deixar de pleitear a hegemonia que ela queria ter. Porque, quando efetivamente a UDR teve essa grande aceitação, a mosca azul andou picando várias pessoas por aí. A UDR, num determinado momento, se propôs a ser a representação do patronato rural. Em uma quase substituição à CNA, que estava morta, totalmente inoperante, a UDR acabou, em muitas atividades, se impondo como a representação. Não vamos nos esquecer, por exemplo, do Ronaldo Caiado assumindo a liderança da manifestação realizada por 30 mil produtores rurais em Brasília, em fevereiro de 1987, contra o Plano Cruzado, e sendo recebido pelo Governo, primeiro pelo Sarney, depois pelo ministro da Agricultura, e inclusive pelo ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. De concreto, o Caiado, a UDR com a sua liderança, acabou se impondo como uma força política, como um interlocutor representativo dos proprietários.

Ora, o que fizeram os segmentos mais modernos? Formaram a Frente Ampla da Agropecuária e tiveram que engolir o Caiado nesse processo. A CONTAG se recusou a participar, mas imediatamente eles reorganizaram a Confederação Nacional

da Agricultura. Nesse sentido, o movimento dos setores mais modernos, que são a representação economicamente importante na agricultura, foi organizar uma frente, incluindo uma frente parlamentar, para atuar na Constituinte e tomou a Confederação Nacional da Agricultura. O deputado Alison Paulinelli concorre primeiro em 1985, perde por um voto, volta a concorrer em 1987 e ganha por uma ampla maioria de votos à presidência da Confederação Nacional da Agricultura, que vinha sendo exercida desde 1964 por um velho ex-senador do Amazonas, Flávio Brito, o qual não tinha mais nenhuma expressão, reduzido a mera figura decorativa nos jantares, nas solenidades, nas missões exteriores. Agora, o Paulinelli, em alguns meses, reorganiza rapidamente a CNA, cria comissões dentro da CNA por produto, onde dá assento aos representantes dessas organizações, às cooperativas, e a CNA volta a conquistar o seu papel de representação real e legal dos proprietários rurais. Isso esvazia a UDR. Então, o que se vê é um movimento muito interessante em que a Frente Ampla da Agropecuária, com os setores modernos, ganha as eleições, toma a CNA, isola a UDR dentro da CNA, e não deixa outro caminho à UDR senão lançar-se na luta política e se transformar num partido político. Aquela luta, que era ideológica, é obrigada a passar para o plano político e aí explicitar-se. É essa a trajetória do Caiado. E é aí, no plano político, que a UDR começa a encontrar as dificuldades do seu espaço de crescimento. Porque aquela brecha que existia entre a representação real e a representação legal se fecha quando Paulinelli toma posse na CNA e a reorganiza. Paulinelli representa os segmentos mais modernos. Ele foi ministro da Agricultura do Geisel, ele fez o Pró-Álcool, fez o Projeto Cerrado, o Projeto Jica. Ele é o homem dos grandes interesses, dos grandes capitais na agricultura.

“Não há espaço no Brasil de hoje [...] para um partido político de direita ruralista”.

Tudo isso explica porque o Caiado se lança candidato a presidente, bem como os resultados que nós estamos vendo. De repente, a UDR murcha. De repente, o Caiado que vai ao programa “Roda Viva”, ou a um debate na televisão, é um sujeito que mal consegue se defender das acusações de banditismo, de

violência. Ele não tem mais aquela empáfia que obrigou o governo Sarney a reconhecê-lo como um representante do patronato rural. O que eu acho que vai acontecer? Na minha opinião não há espaço no Brasil de hoje, final dos anos 1980, para um partido político de direita ruralista. Não houve nem em 1930. A partir dos anos 1930, os partidos ruralistas de direita não tiveram a não ser expressões locais, em alguns estados, em algumas regiões. Eles podem ter um poder até relativamente grande, no nível das prefeituras municipais de algumas regiões, mas não terão expressão nacional. Para mim, a UDR está condenada a isto: a ter expressão política em algumas regiões, alguns enclaves, alguns grotões do Brasil. No entanto, ela está longe de ser uma alternativa política viável para o Brasil urbano, moderno, dos anos 1980. É aí o fim dela. A própria vitória da UDR custou-lhe a cabeça. O rápido crescimento dela aponta exatamente para esse declínio.

Do ponto de vista dos conflitos rurais, eu acho que a UDR fez mais pela reforma agrária no Brasil do que fizeram os partidos políticos nesses anos todos. A UDR conseguiu politizar a luta pela terra. A UDR conseguiu transformar aquela luta de resistência, que é a luta do camponês por um pedaço de chão – uma luta específica, localizada – numa luta política, numa luta pela reforma agrária, numa luta contra o latifúndio, numa luta contra a violência. A UDR politizou e polarizou a luta pela terra. A UDR conseguiu demonstrar, pela primeira vez na história do Brasil, que não adianta ter um plano de reforma agrária tecnicamente viável, bem feito, com estatísticas de conflitos, etc., etc. Não adianta nada disso. Não adianta ter o apoio do papa, do presidente dos Estados Unidos, do Fernando Henrique, dos social-democratas, do PT, do Lula. A UDR mostrou que para fazer reforma agrária é preciso ter poder político. Ela arregimentou deputados e impôs aos defensores da reforma agrária uma derrota política na Constituinte. A UDR mostrou claramente que só se faria reforma agrária no Brasil quando houvesse um maior número de deputados a favor do que contra. Isso coloca a luta pela terra no Brasil num outro patamar. Não é mais uma luta específica, reivindicatória, mas uma luta pela terra, agora, de cunho político. Eu acredito que isso dá um novo campo de desenvolvimento da questão. Quer

dizer, a questão vai ter que ser tratada hoje, necessariamente, em qualquer eleição que se fizer no Brasil. As pessoas vão ter que se definir se são a favor ou contra a reforma agrária e qual reforma agrária. Não vão mais poder ficar omissas.

Acredito que essa polarização da luta pela terra, se num primeiro momento tende a polarizar, a ser conflitiva, num outro momento, permitirá aos setores urbanos, que hoje constituem a grande maioria da população, ter uma posição mais clara sobre a reforma agrária. A força majoritária hoje são as massas urbanas e elas não tiveram em 1985 um posicionamento claro a favor da reforma agrária como tiveram, por exemplo, em 1964. Em 1964, sim, porque a reforma agrária estava embutida num conjunto de lutas, as chamadas reformas de base. Então, era aluguel, era escola, educação, etc., e reforma agrária. Em 1985 ela estava isolada. Era só reforma agrária, não tinha mais nada. Não havia um projeto maior. Frente a isso, a sensibilidade dos setores urbanos foi muito pequena. Mesmo os sindicatos urbanos, quando apoiavam a luta pela reforma agrária, se limitavam a uma declaração formal. Já lá nas passeatas – “está aqui o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, apoiando a luta pela reforma agrária...”. Mas não havia nenhum metalúrgico na passeata, só trabalhador rural. Efetivamente, a reforma agrária, ao se deslocar para um plano político, começa a ter uma outra conotação. Uma delas já é evidente, por exemplo, no movimento dos sem-terra, que é a principal força de luta pela reforma agrária e que entrou para a CUT, a Central Única dos Trabalhadores. Ou seja, o movimento dos sem-terra percebeu que sozinho não faria reforma agrária. Ele precisa contar com o apoio das outras forças sindicais. Ora, essa ideia de o rural se juntar ao urbano na luta pela reforma agrária o coloca num outro plano, num plano político. E num plano em que dificilmente poderá ser viável dentro de um país com este modelo de desenvolvimento capitalista excludente, como o Brasil.

A reforma agrária hoje, no Brasil, na minha forma de ver, implica, de fato, numa rediscussão do modelo político, do modelo de desenvolvimento. Talvez nem seja possível dentro de um sistema capitalista, mas pelo menos a reforma agrária que os trabalhadores querem colocar em xeque a propriedade da terra,

da terra produtiva ou não. Mas isso é uma outra questão. O que eu estou querendo dizer é que essa luta política, que é finalmente a luta da reforma agrária, chega ao patamar onde deveria ter estado sempre, adquirindo outra perspectiva. Não se trata mais de satisfazer essa ou aquela reivindicação, específica desse ou daquele segmento. É uma luta que pode ter desdobramentos, uma dimensão muito maior. Como isso vai se dar, eu acho que depende basicamente da organização dos trabalhadores, dos trabalhadores rurais e urbanos. Eles são os agentes principais dessa luta hoje, e eles estão sozinhos. A reforma agrária hoje não tem segmentos burgueses apoiando. É uma luta dos trabalhadores. Então, depende de como eles puderem ou souberem conduzir essa luta. Isso é muito difícil de prever.

Eu creio que aos poucos a organização dos trabalhadores possa dar um impulso novamente à luta pela reforma agrária. De qualquer maneira, a reforma agrária volta sempre que há um problema político em evidência. Está voltando nas eleições de 1989. Os candidatos à presidência vão ter que se definir já. Todos os partidos, por via das dúvidas, já estão se definindo a favor. Até mesmo o Caiado definiu-se a favor – “mas depende de que reforma agrária...”. Mas, principalmente nas eleições de 1990, que vão ser eleições proporcionais, não haverá mais possibilidade de a UDR eleger deputados e senadores disfarçados. A grande bancada que a UDR fez na Constituinte de 1986 foi composta de pessoas que não se assumiram como UDR antes das eleições; 90 pessoas foram financiadas pela UDR e não se assumiram como tais. Chegaram lá e votaram pela UDR. Agora isso não vai ser mais possível, porque está transparente a questão política na questão da reforma agrária e os deputados e senadores vão ter que se posicionar claramente sobre isso nesse momento. A meu ver, isso representa um avanço em termos políticos para clarear, separar as águas turvas que até então vêm se movendo na luta pela reforma agrária.

“A reforma agrária não é uma questão para ser resolvida teoricamente, a priori”.

H & P: Um dos aspectos que tem sido analisados pelos estudiosos da questão agrária brasileira refere-se à

heterogeneidade – tanto do ponto de vista econômico quanto político – dos agentes envolvidos. A reforma agrária, por exemplo, enquanto conjunto de medidas destinadas à redistribuição da terra, não é uma reivindicação comum à totalidade dos trabalhadores do campo. Assim como também não é geral a perspectiva comunitária ou coletiva do uso da terra. Como devemos encarar, em sua opinião, a diversidade de propostas existentes em relação a um projeto de reforma agrária ou, mais especificamente, como poderiam ser conciliadas as diferentes reivindicações, sem risco para a coerência, inclusive política, do projeto?

JGS: Olha, isso já se tornou um lugar comum nessa resposta. É evidente que num país como o Brasil, a reforma agrária tem que assumir formas heterogêneas. E isso já está acontecendo. As poucas experiências feitas no Brasil quanto aos assentamentos dos trabalhadores rurais têm mostrado coisas que hoje já são indiscutíveis, por exemplo, sobre a questão do uso do solo, se é coletivo ou parcelado. A tradição do camponês brasileiro é do uso individual da terra da sua parcela individual. Em todo lugar onde há assentamento de camponês – e camponês é o parceiro, o meeiro, o arrendatário – ele quer o seu pedacinho de terra separado. Mas, logo na primeira safra, ou até mesmo antes, ele já se defronta com a mesma dificuldade que o fez perder o seu pedacinho de terra – ele foi um pequeno produtor – que é o banco (a obtenção do crédito) e é a comercialização do produto. Diante disso, hoje quase todos os assentamentos, inclusive quando mantêm o uso parcelado da terra, têm uma cooperativa, que vende o produto assim como uma cooperativa de crédito, ou seja, têm uma associação, uma forma comunitária, uma forma coletiva de vender e beneficiar, às vezes, a produção. Por exemplo, vários pequenos produtores de arroz compram uma máquina de beneficiar arroz para não ficarem dependendo do maquinista do arroz. Isso já se verifica e já faz parte da cultura social do camponês brasileiro: se associar para ir ao banco e se associar para vender o produto. Esse é um passo enorme daquele camponês individual, submetido ao capital comercial, que nós tínhamos nos anos 1950, 1960, o qual não se associava para nada. Além disso, já se verifica, mesmo nesses assentamentos que têm parcelas individuais – que

são maioria, aliás – o trabalho comunitário. Formas tradicionais de trabalho, como o mutirão na colheita, ou até o mutirão no preparo do solo (porque o trator é alugado, ou só dá para ter um trator para várias famílias), já são comuns nos poucos assentamentos de reforma agrária existentes no país.

Outro é o caso dos assentamentos realizados onde os beneficiários eram trabalhadores assalariados. Quer dizer, como o sujeito já era trabalhador assalariado, seja um volante, seja um trabalhador morador da usina, ele já era um operário parcial, ele já tinha parcializado sua tarefa. Nesses casos, muitos deles já não têm mais um domínio do ciclo produtivo completo. O sujeito, nessas circunstâncias, se corta cana a vida inteira, ele não sabe mais plantar feijão. Em Araraquara, por exemplo, há três assentamentos que trabalham a terra coletivamente. Lá não existe mais a propriedade individualizada da terra. Os trabalhadores escolhem geralmente, nessas situações, um pequeno produtor para ser o gerente, o que dá as ordens, ou um agrônomo, que é imposto pelo Estado, muitas vezes cumpre esse papel. Mas a tendência já é da organização coletiva da terra, do uso coletivo da terra. Pela própria modernização, o avanço das forças produtivas acaba impondo formas de socialização da produção. Seja na aquisição dos insumos, seja na comercialização do produto, seja até mesmo na forma do trabalho diário na terra.

Por todas essas razões, eu acredito que a reforma agrária não é uma questão para ser resolvida teoricamente, a priori. Essa é uma questão que vai ser resolvida na prática do processo, ao longo do processo. Efetivamente, ele terá que ter formas diferentes. Um projeto de reforma agrária deverá contemplar, nas regiões do país, tamanhos de lotes diferentes, culturas diferentes, propostas diferentes. Agora, não acho que sejam coisas que tenham um estatuto teórico para serem resolvidas. São muito mais coisas práticas, do dia a dia, do que de qualquer peso teórico, como muitas vezes se quis lhe atribuir.

H & P: Desde o início dos anos 1960, a vasta área dos cerrados brasileiros tem sido alvo privilegiado dos interesses do grande capital. A partir da década de 1970, tais interesses lograram transformar-se em projetos de intervenção na área,

através de uma aliança entre investidores nacionais e estrangeiros – principalmente japoneses – e o Estado. O que tem justificado tais projetos é a criação dos chamados “corredores de exportação”, além de alegados benefícios para a população. Qual sua avaliação desses projetos? Como um governo comprometido com interesses de classe trabalhadora poderia redefinir a questão do desenvolvimento dos cerrados?

JGS: A questão dos cerrados me parece um bom exemplo dos resultados da modernização conservadora. Sem dúvida, foi fundamental para o país incorporar os cerrados brasileiros. Para quem não sabe, essa região toda dos cerrados, que começa já no meio de São Paulo, ali pela região de São Carlos, Ibaté, vai pelo sul de Minas, passa ao lado do Triângulo Mineiro, sobe, atinge Brasília, pega o estado do Tocantins até Mato Grosso do Norte, correspondendo a uma grande reserva de terras, relativamente férteis, mais aptas à mecanização que outras áreas do Brasil. São terras relativamente planas e com disponibilidade de água, bastante água. Nessa região, havia problemas tecnológicos muito sérios, por exemplo, de fertilidade (o cerrado é um solo muito ácido), problemas esses que lograram uma solução tecnicamente recomendável, produzindo-se uma série de variedades adaptadas, seja de soja, até mesmo do trigo em algumas regiões, laranja e outras culturas de alta rentabilidade como cereais, arroz, milho, que hoje são produzidos no cerrado com níveis de produtividade e rentabilidade comparáveis a outras regiões de terras mais férteis no Brasil.

Não há dúvida alguma de que o avanço tecnológico aí é um modelo tecnológico já consolidado e que se deve à pesquisa nacional inclusive. Ocorreu um desenvolvimento inegável das forças produtivas, que não se pode jogar fora. Qualquer modelo de desenvolvimento capitalista ou socialista precisaria ter feito esse esforço de desenvolvimento e incorporação das terras do cerrado. Realmente há muitas críticas sobre esse modelo de desenvolvimento, que, aliás, tende a evoluir ainda mais do ponto de vista tecnológico. Uma delas é sobre uso excessivo da mecanização, que tem provocado erosão muito séria (a erosão é essa lavagem do solo que ocorre nas épocas de chuvas fortes.

Como são regiões arenosas, a erosão é facilitada quando o solo está descoberto. Tirada a vegetação original, arado e gradeado o solo, ele fica exposto mais facilmente aos problemas de erosão e tem ocasionado problemas muito violentos de degradação do solo, seja por isso, seja pelo uso indiscriminado de agrotóxicos). A crítica que se pode fazer ao modelo de desenvolvimento do cerrado é a mesma crítica que se fez a toda política de modernização conservadora. É que ela é excludente na medida em que foi feita em benefício de determinados grupos econômicos, de grandes grupos econômicos.

No caso dos cerrados com participação do capital estrangeiro, como no caso específico de Minas Gerais, muitas vezes, em termos de benefícios para a população aí localizada, não houve nenhum, nem fonte de emprego, porque essas áreas são muito mecanizadas, e em algumas regiões o cerrado acabou gerando até mesmo menos emprego. Isso não é a regra, mas em algumas zonas, por exemplo, de reflorestamento, de cereais mecanizados, o cerrado acabou gerando menos emprego do que existia anteriormente. Essa, portanto, é a crítica que deve ser reiterada, ou seja, um modelo de desenvolvimento alternativo para o cerrado consistiria, basicamente, em dar prioridade à população local, acompanhado de programas de redistribuição fundiária, porque essas eram terras de baixo valor, praticamente sem nenhum valor de mercado, e foram valorizadas exatamente pelos programas governamentais. Quer dizer, a terra do cerrado ganhou valor quando se abriram estradas por todo o centro-oeste, quando se resolveu o problema tecnológico, quando se criaram novas variedades aptas ao cerrado, etc. E esses benefícios sociais estão sendo apropriados por uma minoria. Como se sabe, a questão é a apropriação desses resultados. Esse é o ponto que deve ser modificado.

Há alguns projetos, especialmente nas áreas de irrigação, que têm tido essa preocupação de dar um cunho social à ocupação dos cerrados. As regiões mais para o lado do nordeste e norte de Minas já têm incorporado pequenos produtores como assentados. São ainda projetos bastante falhos. A crítica sobre eles é a mesma ainda, porque grandes grupos continuam se apropriando da maior

parte dos recursos investidos pelo Estado. De toda forma, há situações que apontam para um novo caminho, ou seja, o cerrado hoje desenha a possibilidade de expansão da área irrigada no Brasil em módulos, em unidades, pequenas e médias, com muita eficiência produtiva e econômica, e que poderiam se transformar não apenas em corredores de exportação, mas em grandes fontes de abastecimento de produtos para o mercado interno. Isso passa a ser uma questão de decisão política e eu não acredito que haja grandes problemas em modificá-la. Há, sim, grandes obstáculos políticos, pois isso contrariaria interesses econômicos que já se apropriaram dessas áreas. Por sinal, hoje é até muito mais difícil fazer isso, porque essas áreas, que não tinham nenhum valor, hoje estão todas apropriadas por grandes grupos econômicos. Por exemplo, um dos maiores proprietários de terras na região do cerrado são empresas financeiras, empresas imobiliárias, bancos como Itaú, Bradesco, Bamerindus. Em consequência, um programa de intervenção fundiária nessas regiões, com desapropriação, etc., seria atualmente um programa bastante oneroso, mais ainda se formos seguir a Constituição, que manda pagar o preço justo, com antecedência e em dinheiro. Mas é o caminho. Eu não acredito que haja outro caminho possível se quisermos dar um destino social a essas terras.

H & P: Já que você tocou no assunto, vale lembrar que a promulgação da Constituição de 1988 deixou um saldo amargo para aqueles que lutam pela reforma agrária no país. Quais as possibilidades que você vê para a implantação de uma reforma agrária pela via institucional? Você acredita que possa ocorrer, no próximo governo, alguma reformulação a nível legal, ou julga que as discussões estão, por enquanto, encerradas no plano parlamentar? Existem alternativas de luta?

JGS: Efetivamente, a Constituição de 1988 foi um retrocesso no que diz respeito à reforma agrária. Para se ter uma ideia, a Constituição outorgada pelos militares em 1967 tinha abolido esse dispositivo da indenização prévia e em dinheiro, permitindo pagar as desapropriações de terras em títulos da dívida agrária. Com a Constituição atual, torna-se inviável a implantação de um programa regular de governo de uma reforma agrária massiva.

Pagar terra em dinheiro previamente torna-se impossível. A menos que se dê um calote geral. Será possível fazer o que o governo já vem fazendo, algumas negociações localizadas de algumas áreas de conflitos. Nesses casos, são programas visando basicamente a resolver problemas em áreas de conflitos, zonas de tensão social, através do assentamento. Mas para se voltar a fazer um programa amplo de reforma agrária, é preciso rever esses dispositivos legais. Não apenas rever o que já está na Constituição, como também cuidar da regulamentação desses itens de uma forma progressista. Por exemplo, é preciso regulamentar com clareza o que se entende por propriedade produtiva. É uma questão muito vaga. O sujeito tem lá um vaca em dez mil hectares e pode dizer que é produtivo porque a vaca dá leite, produz. Tudo isso está no campo de luta parlamentar.

Eu acredito que essas questões só vão ser resolvidas com um novo Congresso, a partir de 1991. Até lá, qualquer que seja o presidente eleito, terá muito pouco a fazer em termos de uma reforma agrária como querem os trabalhadores. Poderá fazer desencadear algumas ações pontuais, localizadas, com um custo relativamente alto, mas ainda assim mais barato que alternativas de geração de emprego. Uma família assentada, com dois empregos, custa ao redor de 10 mil dólares hoje, ou seja, sai a 5 mil dólares por emprego. Um emprego gerado na indústria da construção civil ou na indústria de transformação tradicional urbana está por volta de 15 mil dólares. Então, ainda fica mais barata a geração de emprego no campo via intervenção do poder público. E a gente não pode descartar isso a priori. Mas, cá pra nós, a 5 mil dólares o emprego, não dá para assentar 40 milhões de pessoas. Disso decorre que um programa massivo de reforma agrária implica nessa reformulação legal. Esse é um dos pontos da Constituição que não poderá esperar a revisão de 1993. Concretamente, na eleição para o Congresso em 1990, os candidatos serão chamados a se comprometerem em relação à necessidade de rever a Constituição no que se refere à questão da reforma agrária.

As alternativas de luta existentes no momento, como eu já disse, passam pela organização dos trabalhadores rurais,

politização da reforma agrária e a busca de alianças. Os trabalhadores rurais não podem mais enfrentar a batalha da reforma agrária isolados. Eles precisam buscar uma aliança efetiva e concreta com os trabalhadores urbanos. Esse é o espaço de luta que eu vejo para isso. Além, evidentemente, dessa luta emergencial, a luta da sobrevivência continua em todo o país. Quer dizer, em todo o país continuam os conflitos pela terra. Estes não acabaram porque a Constituição negou a possibilidade de reforma agrária. Eles são uma realidade concreta, objetiva, e vão continuar existindo e exigindo do poder público uma forma de solução. Afinal, nós continuamos com a questão agrária não resolvida, na minha maneira de ver. E demandamos uma solução para isso. Como essas formas de luta vão se organizar? Eu acredito que não serão mais as formas que nós nos acostumamos a ver, como das invasões, das ocupações da terra, mesmo porque isso, do ponto de vista social, está bastante desgastado. Hoje uma ocupação de terra gera muito mais oposição do que aplauso da sociedade como um todo. Eu entendo que os trabalhadores têm aí o desafio de desenvolver novas formas de lutas e colocá-las em prática. Vamos acreditar na capacidade criativa dos trabalhadores, das suas organizações para levar avante essa luta. É difícil prever como ela se dará. Mas que ela existe, existe, não se pode negar.

As novas formas de organização sindical no campo fazem parte do processo de constituição da classe dos assalariados rurais

H & P: A revista do PT “Teoria e Debate” publicou, em seu nº 6, um artigo sobre o sindicalismo rural no Brasil, assinado por Paulo de Tarso Venceslau, que tem provocado polêmicas tanto no interior do partido, como da CUT. O texto faz críticas à atual estrutura sindical rural e aponta, como um de seus principais problemas, o fato de que dentro de um mesmo sindicato reúnem-se categorias distintas, como pequenos proprietários, assalariados, parceiros, etc., que em alguns casos possuem interesses diversos e até conflitantes. Acusando essa estrutura de procurar criar uma falsa unidade entre os trabalhadores rurais, o autor propõe uma reestruturação dos sindicatos com a finalidade de atribuir-lhes um caráter mais classista. Qual sua opinião sobre essa questão?

JGS: Esse é um debate muito atual, envolvendo as mudanças na estrutura sindical rural. Eu gostaria de explicar um pouco mais aos leitores, que podem não estar familiarizados com isso. O Sindicato do Trabalhador Rural, que foi regulamentado a partir de 1963, é um sindicato que impõe uma categoria única. Por outras palavras, a lei define como trabalhador rural todo aquele que trabalha em atividades até mesmo como pesca, reflorestamento, extrativismo e atividades agrárias em geral. Todo mundo é trabalhador rural. Então, o pequeno proprietário que trabalha a terra com a sua família é trabalhador rural. O meeiro é trabalhador rural. O boia-fria também é trabalhador rural. A lei existente não faz nenhuma distinção entre o assalariado, o pequeno proprietário, o autônomo, etc. Isso, efetivamente, durante os anos todos da ditadura, permitiu a construção de uma unidade do chamado trabalhador rural, uma unidade que veio substituir um termo muito desgastado nos anos 60, que era o camponês. Em torno da CONTAG, foram criados 2.600 sindicatos em todo o país. Hoje a CONTAG tem, segundo ela mesma, 12 milhões de filiados – mas eu diria que o número está um pouco abaixo disso – em 2.600 sindicatos e 25 federações espalhadas no Brasil.

Ora, o que ocorreu foi que o processo de modernização, de desenvolvimento das forças produtivas, impôs uma diferenciação desse campesinato, desse trabalhador rural. Antes já existia trabalhador assalariado, meeiro, parceiro, pequeno produtor. Sempre existiu. Ocorre que, com o desenvolvimento capitalista da agricultura, o contingente de parceiros, de meeiros, de trabalhadores sob comissão, etc., em muitas regiões do país – São Paulo é um bom exemplo disso – certas categorias chegam até mesmo a desaparecer. Se pegarmos, por exemplo, a região de Ribeirão Preto, lá já não tem mais parceiro, meeiro, e tem muito pouco pequeno proprietário que trabalha a própria terra. Mesmo os pequenos proprietários dessa região se utilizam de trabalho assalariado dos boias-frias na época da colheita da cana, da colheita de algodão. O pequeno proprietário, com a modernização, ele mesmo passou a se utilizar de máquinas, equipamentos, além de trabalho assalariado. Dessa maneira, a mudança das forças produtivas, a mudança na base técnica da produção

impôs o trabalho assalariado, da mesma forma como impôs a máquina, o adubo químico, etc. O que ocorre é que, se antes os assalariados eram minoria, hoje eles passaram a ser maioria em vastas regiões do país. E os sindicatos de trabalhadores rurais sempre foram dominados pelos pequenos produtores, especialmente pelos pequenos proprietários, que é a forma mais estável do trabalhador rural. O trabalhador assalariado registra um índice de migração muito elevado. Quase sempre o presidente do sindicato, a direção do sindicato, era composta, ou é composta até hoje, basicamente, de pequenos produtores. Acontece que esses pequenos produtores que se modernizaram, embora continuem sendo pequenos produtores, se diferenciaram e passaram a contratar mão de obra assalariada. Daí que, em muitas regiões, veio para dentro do sindicato a luta trabalhista. O sindicato, cujo presidente é um pequeno proprietário, está negociando reajuste salarial com o patrão usineiro. Só que ele, presidente do sindicato, também é um pequeno patrão. Mais do que um pequeno patrão, às vezes, ele só usa trabalho assalariado esporadicamente. Mas ele está preocupado com as mesmas coisas com que o grande patrão está. Ele está preocupado com o preço do produto, dos insumos, da máquina. A luta salarial não é sua luta de sobrevivência. Não é sua luta de classe, da sua categoria.

Enquanto os boias-frias, enquanto os assalariados puros não se constituírem numa classe em si e para si, quer dizer, enquanto eles não visualizarem a luta por salário como sua luta de sobrevivência e, enquanto eles não passarem a ter uma luta própria, uma forma de luta inclusive específica, que é a greve do trabalhador assalariado, a questão não se coloca. Continuaram convivendo, no mesmo sindicato, pequenos produtores e assalariados. Essa é a história até recentemente. Até Guariba. Guariba é o primeiro exemplo de uma greve só de assalariados. Os assalariados tomam iniciativa numa luta, numa região onde existem muitos sindicatos de trabalhadores assalariados, mas muito deles mistos, de trabalhadores assalariados e pequenos produtores. A partir desse momento, o conflito se torna evidente, tanto que há hoje uma federação no estado de São Paulo, a Federação dos Assalariados Rurais, a FERAESP.

Ora, eu quero chamar a atenção para o fato de que isso ocorre como um embrião em São Paulo – e é bastante recente, pois a fundação da federação se deu em 1989, e só foi possível na medida em que se constituiu não apenas o assalariado. Porque a condição para se ter um sindicato classista de assalariados no campo não é simplesmente ter o assalariado. O assalariado existe na agricultura brasileira há séculos. A condição está no fato de os assalariados se constituírem numa classe de trabalhadores e terem formas de luta, uma organização, reivindicações específicas que entrem em confronto com as outras categorias de trabalhadores rurais. Significa o reconhecimento explícito de que no meio daquilo que se chama trabalhador rural, há diferenças objetivas de reivindicação. E isso é muito recente no caso brasileiro. Só depois de 1984 que os assalariados em São Paulo ganham essa condição e chegam ao limite de criar um sindicato de empregados separado do sindicato de trabalhadores rurais.

Em outras regiões do país como, por exemplo, o Nordeste, até hoje a greve do setor canavieiro é puxada pelos pequenos fornecedores de cana, junto com os assalariados. Uma greve conjunta. Nessas regiões, ainda não há esse conflito evidente. Quando o conflito se explicita, como foi o caso de São Paulo, torna-se impossível manter na mesma base a unidade, com o mesmo sindicato congregando o assalariado e o pequeno proprietário. Isso não quer dizer que não possa haver uma central única, não possa haver a unidade, não de base, de reivindicação específica, mas a unidade política, na medida em que esses trabalhadores tiverem uma contradição maior com um inimigo maior. Então, o que está em discussão – e essa é a questão colocada pelo Paulo de Tarso, em relação ao qual eu tenho divergência – é se as centrais como a CUT, por exemplo, deverão manter no seu interior pequenos proprietários ou não. Ou deverá ser uma estrutura classista, reunindo apenas assalariados.

Fechar as portas da CUT aos pequenos produtores significaria atirá-los nos braços das entidades patronais.

JGS: Eu não tenho nenhuma divergência com a ideia de que, na base, quando o conflito se estabelece, tem que separar, isto é, tem que ter um sindicato dos empregados e um sindicato dos

pequenos produtores, porque as reivindicações são distintas. Um reivindica salário, comissão de trabalho, outro reivindica preço, crédito. É um outro nível de reivindicação de política agrícola. Agora, me parece que é um erro muito grande, no caso brasileiro, que uma Central, que se propõe a ser uma Central Única dos Trabalhadores, elimine os pequenos produtores, pois eles ainda formam o grande contingente de trabalhadores rurais na agropecuária brasileira. À medida que você fecha a porta da CUT para esses pequenos produtores, para onde eles vão? Vão para a UDR. E até mesmo com base na história, a história do sindicalismo rural da CUT é de sindicatos de pequenos produtores, não de sindicatos de assalariados. O sindicalismo rural na CUT não começa com Guariba, não. Muito pelo contrário. Todo mundo sabe no que deu a história do Zé de Fátima. Os sindicatos rurais hoje ligados à CUT são principalmente os sindicatos de posseiros do Norte; são os sindicatos de rendeiros, meeiros, parceiros, etc., do Nordeste; são os sindicatos de pequenos proprietários do estado de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul. O próprio contingente do movimento dos sem-terra tem uma base toda assentada sobre pequenos proprietários, pequenos produtores. A base social do movimento dos sem-terra no Rio Grande do Sul, por exemplo, são os filhos de pequenos proprietários.

Esse foi o pessoal que veio para a CUT. Então como é que você faz agora? “Não, o lugar de vocês não é mais aqui”, e pronto? O desafio está em a Central Única dos Trabalhadores conseguir conciliar, no nível político mais amplo, essas formas de luta. Luta contra o quê? Luta contra o grande capital. Luta por uma política agrícola que interesse aos trabalhadores rurais assalariados também. Enfim, conciliar essas lutas. O que não é possível conciliar é a luta específica do salário e das condições de trabalho entre patrão e empregado. Isso é uma luta classista, evidentemente, e, por isso, é preciso separar as duas coisas. Eu acho que é inevitável, e quando eu digo inevitável, não quer dizer que amanhã vão aparecer sindicatos dos empregados separados dos sindicatos dos trabalhadores rurais no país inteiro. Não. Já disse que para surgir esses sindicatos, tem que ter uma história de luta independente. Mas a meu ver, é inevitável que se multipliquem

essas experiências de sindicatos de assalariados distintos numa organização distinta.

O que eu acho que não está definido é qual vai ser a estrutura da organização desse sindicato, ou seja, os sindicatos dos trabalhadores assalariados vão formar uma federação? Vão entrar na FERAESP e formar uma outra central sindical? Vão entrar na CUT? Vão entrar na CONTAG? A CONTAG vai entrar na CUT? Essas são coisas que não são questões teóricas, são questões essencialmente políticas. Isso passa para um plano de alianças políticas. E eu vejo aí problemas bastante sérios, porque quase sempre, e esse é também o nosso caso atual, nessas questões de fundo, isto é, na questão classista que se põe, abre-se um espaço imenso de disputas pessoais. Muitas vezes, a filiação ou não a um sindicato, a filiação ou não a um sindicato de assalariados, a filiação ou não a uma federação, passam por questões pessoais dos dirigentes sindicais, que têm uma grande dificuldade hoje de se entenderem, devido à política. Quase sempre o cara ou é do mesmo partido, amigo, compadre, etc., ou é inimigo ferrenho do outro partido, etc., etc. As relações pessoais andam muito próximas das relações políticas. É preciso um pouco mais de maturidade dentro desse processo para se definir claramente como vai ocorrer.

A minha visão do processo é que a tendência da CONTAG é se transformar num tipo de uma central camponesa. Esse é o espaço que cada vez mais sobraria para a CONTAG. E os assalariados se constituiriam em sindicatos autônomos, se filiando diretamente à CUT ou a uma outra estrutura sindical que venha a aparecer, mas distinta da CONTAG. Mas isso não é uma tendência delineada, nem clara. Isso são propostas que ainda estão em discussão. Não há uma solução teórica desse problema da organização sindical. Isso vai depender de como essas lutas dos trabalhadores forem se constituindo.

H & P: Parece que o Paulo de Tarso, no artigo citado, está preocupado em antecipar um pouco essa reestruturação, tentando evitar que setores oportunistas se aproveitem dessas contradições que começam a surgir dentro de alguns sindicatos.

JGS: Bem, o problema hoje está, mais uma vez, de um lado no plano legal e, de outro lado no plano real. Do ponto de vista legal, a Constituição dá liberdade de organização sindical, mas veda a existência de mais de um sindicato da mesma categoria na mesma base territorial. Agora, como a categoria legal chama-se trabalhador rural e trabalhador rural engloba tudo, se não for possível criar esses dois sindicatos, uma dessas categorias vai ficar fora dessa representação e acabará caindo do outro lado; ou seja, se não for dada aos pequenos produtores também a possibilidade de se organizarem em sindicatos específicos, eles vão cair dentro de uma cooperativa, dentro de alguma forma de manipulação dos grandes proprietários. Isso é o que sempre se deu na base social de representação das cooperativas, por exemplo. Na cooperativa, você não pode dizer: “você não entra porque você é um grande proprietário”. Mas no sindicato você pode dizer: “você não entra porque você é um grande proprietário”. Quer dizer, a única possibilidade de uma organização independente e autônoma dos pequenos produtores é eles poderem se constituir como uma organização sindical. Senão, eles vão ser empurrados para o lado patronal.

Essa percepção das coisas me parece fundamental. A tentativa de antecipar esse processo para mim é um pouco prematura do ponto de vista político. Nós precisamos ter clareza do processo. Mas ter clareza também de que a resolução disso não é uma questão teórica, é uma questão da prática política dessas lideranças sindicais no dia a dia. Constituir sindicato de assalariados não vai fazer a luta do boia-fria crescer, a menos que sejam sindicatos reais, sindicatos que tenham luta. Não é a mudança jurídica, institucional simplesmente, que vai dar legitimidade a isso. Você pode criar sindicatos de assalariados no país inteiro que sejam sindicatos cartoriais, que só pratiquem o assistencialismo do Ministério do Trabalho: bota lá um dentista, um posto de atendimento médico e pronto. Continua a mesma fraqueza de representação que tem atualmente. Do mesmo jeito que o que separa hoje os sindicatos autênticos, combativos, dos outros sindicatos pelegos não é a forma legal, mas, sim, a prática do dia a dia. O que vai impondo as formas de luta é o aprendizado

que esses trabalhadores vão adquirindo no seu cotidiano de lutas. Por essa razão, para mim, isso não pode ser apressado. Eu acho que quando a lei deixar de ser um obstáculo, estará facilitado o caminho. Espero que logo se regule a legislação que facilite o caminho dos trabalhadores para organizarem-se do jeito que quiserem, livres, sem nenhuma interferência do Estado. Mas uma coisa é a lei deixar de ser coercitiva, de ser uma forma de regulamentação social do Estado e facilitar a organização dos trabalhadores. Outra, é a organização dos trabalhadores. Isso só depende deles.

Se eu fosse a CUT, eu faria o seguinte: todo sindicato de trabalhadores rurais assalariados que for representativo da sua categoria será reconhecido pela CUT. Que a CUT reconheça toda organização que é legítima representante dos seus assalariados, e vamos lutar para resolver os problemas que aparecerem; botar os advogados para resolverem os problemas legais. Agora, nós não vamos dizer que é esse ou aquele que vai entrar e os outros que vão sair. Essa acomodação é uma luta política interna da própria CUT, interna da própria organização do sindicato, que vai ser resolvida na medida em que essas formas de luta, de organização, essas alianças forem se estabelecendo. Insisto que não se pode simplesmente resolver isso teoricamente. “Tem assalariado, precisa de um sindicato de trabalhadores assalariados”. Não pode ser assim. Caímos num determinismo das forças produtivas que não é aceitável. Como eu já frisei, a existência de assalariados não significa dizer que necessariamente já exista uma classe trabalhadora no campo. A classe social não é definida exclusivamente pela posição que ele ocupa na inserção produtiva. Não é porque o trabalhador é assalariado que ele tem umas tantas contradições necessárias. Ele virá a tê-las na medida em que for lutar pelos seus direitos. Isso é um processo histórico de constituição da classe trabalhadora no campo, que está começando.

Às vezes, talvez, tentar apressar isso, e apressar nesse nível, de uma solução formal, pode ser prejudicial. É preferível que se incentive, que se apoie, mas que se deixe os próprios trabalhadores irem escolhendo isso. O que eu acho que é

preciso fazer é não ter medo de reconhecer esses sindicatos como autênticos, se eles forem representativos da sua categoria. Esse é o ponto em que eu acho que nós estamos hoje. Não generalizar as fórmulas. O que deu certo em São Paulo, está dando certo, e pode vir a dar certo em São Paulo, vai demorar muito tempo para chegar no Nordeste. Se, a partir de amanhã, a CUT começar a fundar sindicatos de trabalhadores assalariados no país afora, vão aparecer muito mais Zé de Fátimas da vida. Não é fundando um sindicato de assalariados, criando uma liderança ou criando um apoio, que nós vamos avançar na luta dos trabalhadores de forma efetiva. Evidentemente, na história das lideranças sindicais, os oportunistas tendem muito mais a aparecer nesses momentos de transição, mesmo porque, assim como todo empresário não é filho da puta, todo trabalhador não é bom sujeito por definição. Formas de oportunismo, peleguismo e pessoas que vão ser postas nesses sindicatos a mando dos patrões, tudo isso também vai ocorrer. Já tem um caso em São Paulo que eu vou me escusar de citar, por razões óbvias, mas o presidente do sindicato de assalariados fundado foi nomeado por um usineiro. Como a usina tem 5 mil trabalhadores, o cara mandou eleger como presidente do sindicato um capanga de sua confiança, contra o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, que era um pequeno proprietário, mas que tinha uma atuação progressista.

Essas manipulações podem, portanto, acontecer, até que os trabalhadores se deem conta disso. Então, eu não estou querendo negar tal tendência, só estou querendo dizer que não é necessariamente bom ou mau um caminho ou outro. Isso depende do que houver por trás da organização das lutas dos trabalhadores. A tendência de criação de sindicatos de assalariados me parece correta. Eu tive a oportunidade de escrever um artigo em 1986 preconizando isso, o que seria inevitável, conforme fossem se diferenciando cada vez mais os trabalhadores rurais e se constituindo em categorias distintas com sindicatos distintos. Como, por exemplo, me parece inevitável que venhamos a ter mais cedo ou mais tarde sindicatos dos tratoristas no estado de São Paulo, ou sindicato dos apanhadores de laranjas do estado de São Paulo, dependendo da evolução dessa organização da estrutura produtiva. Mas não se pode simplesmente dizer que isso é bom ou mau. No limite, pode ser que

o sindicato dos apanhadores de laranjas do estado de São Paulo seja um bando de pelegos a mando da Citrusuco... Que atrase muito as lutas dos trabalhadores. Agora, o caminho parece ser esse. Do mesmo jeito que me parece que a CONTAG hoje vai ser obrigada a passar por uma reformulação na sua estrutura sindical, até mesmo para conseguir manter a legitimidade que ela teve no passado. Ela vem perdendo rapidamente essa legitimidade na medida em que não consegue definir, nesse espectro tão grande, quais são, de fato, as forças que ela se dispõe a representar. Os pequenos produtores, por exemplo, hoje no sul do país (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) estão saindo da CONTAG, que não consegue levar uma luta por política agrícola. A bandeira de luta da CONTAG para essa categoria única, trabalhador rural, era a reforma agrária. A reforma agrária era um guarda-chuva que acomodava todas as coisas, mas a reforma agrária inclui também uma política agrícola para manter o trabalhador na terra. Foi uma panaceia que manteve essa pseudounidade em torno da categoria trabalhador rural. Muito bem, na hora que começa a haver uma diferenciação clara dessas reivindicações, a CONTAG tem dificuldade de administrar essa luta da política agrícola com a política agrária e com as questões trabalhistas de condições de trabalho, de salário, de transporte, etc.

Diante disso, o que acontece é que o sindicato na base, e até mesmo a CONTAG como cúpula, conseguem, quando muito, levar uma dessas lutas, e marginalizam ou excluem as outras. Ora, os excluídos procuram outras formas de associação. No caso dos assalariados, no caso da cana-de-açúcar, em várias regiões do país, eles estavam caindo no sindicato dos trabalhadores da indústria alimentícia. O Rio de Janeiro é assim, por exemplo. Grande parte dos trabalhadores da usina está no sindicato da indústria alimentícia por se tratar de um sindicato de assalariados que levava à luta. Por outro lado, quando os sindicatos rurais começam a se recuperar, os volantes começam a fazer greve, paralisações, aí esses sindicatos se fortalecem e colocam o problema da separação. Foi o que ocorreu em São Paulo. Mas é perigoso, num momento qualquer, você definir: agora é assim; baixa a regra, vem uma camisa de força. Isso é um movimento gradual de passagem que eu acho que vai ter que ser feito. Nós vamos assistir a isso nos próximos anos.